

Inclusão e Pertencimento na Universidade: Fundamentos e Desafios.¹

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres²

Por que inclusão?

Em tempos recentes a Universidade de São Paulo, e não apenas ela, mas diversas outras universidades no Brasil e no exterior, vem experimentando um movimento inédito e muito relevante de transformação, a que podemos chamar de “Inclusão e Pertencimento”. Desde a emblemática Declaração de Salamanca de 1994, publicada pela UNESCO, chamando a atenção para a necessidade da educação inclusiva para pessoas com deficiência, foi ganhando corpo a noção de que os métodos e os conteúdos dos programas educacionais, já desde a formação básica até a educação de nível superior, deveriam dialogar com a diversidade dos grupos sociais e de que a educação mesma deveria ser um recurso para reduzir iniquidades relacionadas às diferenças. A partir dos anos 2000 o tema da inclusão se expandiu para outras condições que foram ganhando visibilidade política, especialmente a questão do racismo e das desigualdades raciais, sistematizada no documento “Advancing Diversity and Inclusion” publicado pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos em 2016.

Tal movimento consiste, basicamente, em buscar ativamente trazer para dentro da Universidade pessoas oriundas de segmentos populacionais social e historicamente excluídos desse espaço institucional, construindo reconhecimento e recursos para o seu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. Trata-se de deixar de reproduzir na vida universitária iniquidades presentes na estrutura e dinâmicas sociais de seus contextos, relativas a racismo, violência de gênero, etarismo, capacitismo, homo/transfobia, entre outras.

Por força dos movimentos sociais, especialmente pela ação política dos grupos mais organizados, as Universidades começaram a se abrir para a necessidade de superação dessas exclusões, iniquidades e desrespeitos. E isto não apenas por um compromisso ético, especialmente das universidades públicas, com políticas inclusivas e equitativas, mas também, de forma indissociável da crescente presença desses segmentos no âmbito

¹ Exposição realizada na Faculdade de Medicina da USP em 17/08/2024, como parte do Simpósio Internacional “Building Bridges for the next 90 Years”, em comemoração ao aniversário de 90 anos da Universidade de São Paulo.

² Presidente da Comissão de Inclusão e Pertencimento da FMUSP

acadêmico, porque se foi percebendo mais e mais que as vozes antes caladas ou pouco ouvidas eram fundamentais para se construir um conhecimento efetivamente sensível e responsivo às demandas práticas de nossa contemporaneidade.

A crítica aos aspectos etnocêntricos, racistas, colonialistas e paternalistas de nossas tradições hegemônicas de ensino, pesquisa e extensão não são quimeras, modismos ou deturpações ideológicas, como querem muitos dos que resistem de modo conservador e acrítico às mudanças no ambiente acadêmico. Tais aspectos são, antes, importantes alertas, dentro do mesmo espírito emancipador que está na raiz das ciências modernas, de que a Universidade trilhava um caminho que a afastava da realidade plural e desigual de nossas origens e destinos comuns como habitantes deste planeta. Foi se tornando nítida a tendência, nas palavras da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, de que apenas uma narrativa sobre nós e nosso mundo fosse sendo construída, com consequências desastrosas de que temos sido testemunhas neste difícil século XXI – que podemos não ver terminar. A profunda desigualdade social e a grave crise climática que vivemos são os mais eloquentes sinais de que os compromissos com a produção de conhecimento voltado para “uma vida boa com todos e para todos em instituições justas”, no dizer do filósofo Paul Ricoeur, exige mudanças urgentes nas nossas instituições e na produção do conhecimento.

As vozes que, de fora da universidade e, agora, progressivamente mais presentes e potentes dentro dela, denunciam situações de discriminação, sofrimento, desrespeito, destruição, são as portadoras potenciais de novos olhares e narrativas capazes de construir uma produtiva e simétrica “fusão de horizontes”, conceito desenvolvido pelo filósofo Hans-Georg Gadamer. Tal movimento é fundamental para nos trazer mais clareza sobre o que há de comum e diverso em nossa existência compartilhada, entre nós e a terra que habitamos. Superar as desigualdades que trazem opressão e preservar a diversidade que nos enriquece, esta é a tarefa fundamental de saberes emancipadores, conforme nos ensina o sociólogo português Boaventura Santos.

Portanto as políticas de inclusão não são apenas movimentos de reparação histórica, o que já não seria pouco. Elas significam também a possibilidade, e necessidade, de buscar os olhares e vozes que podem conduzir a um novo patamar as relações entre a Universidade e nossas comunidades locais e globais e à construção de novas epistemologias, teorias e métodos. É a isso que se referem as propostas de superação do

chamado “epistemicídio” dos saberes dos povos subalternizados rumo à construção de saberes decoloniais.

Inclusão na Universidade de São Paulo (USP).

Fundada em 1934 reunindo dez diferentes faculdades, sendo uma delas já então centenária, a Faculdade de Direito, e oito Institutos, a Universidade de São Paulo alinhou-se, em suas origens, a um projeto liderado pelas elites paulistanas com vistas à modernização e desenvolvimento do país, articulado a um projeto social que o historiador André Mota, desta Faculdade de Medicina, denomina de “Bandeirantismo” – constructo cultural e político, não sem um toque algo mítico e messiânico, de que o povo de São Paulo haveria de ter por índole e destino um lugar de liderança no desenvolvimento social e econômico da nação.

Neste contexto, evidentemente, apenas um pequeno segmento social e economicamente privilegiado e ilustrado se viu representado e convocado à iniciativa e esta marca de nascimento está na origem das ambiguidades que a USP apresentou ao longo de sua história. Ao mesmo tempo em que representou um importante passo civilizatório para o estado de São Paulo e para o país, tornou-se um espaço dominado quase completamente por homens brancos, fortemente influenciados por tradições vindas do norte global e muito estreitamente vinculados aos segmentos de maior poder social.

Mas o crescimento de um conhecimento crítico e reflexivo fez parte também desse processo civilizatório e, de dentro da USP, surgiram também trabalhos que se debruçaram sobre a realidade nacional e apontaram para a necessidade de transformações sociais, que incluíam a própria Universidade, no sentido de superar as profundas desigualdades que marcam as sociedades capitalistas e a brasileira em particular. Tais produções foram fundamentais, por exemplo, para as denúncias e resistências ao regime ditatorial que se instalou no país dos anos 1960 aos 1980.

Em relação especificamente à questão da exclusão e opressão da população negra, destaca-se a produção do antropólogo Kabengele Munanga, na USP, que, junto a outros pesquisadores do país, como Lélia Gonzales, no Rio de Janeiro contribuíram decisivamente para a construção da luta política na perspectiva das ações afirmativas.

Redemocratizado o país, um novo cenário se conforma, não apenas pelas potenciais aberturas trazidas pelo novo pacto social de então, chamado de Nova República, como porque o fortalecimento da perspectiva dos direitos vai trazer para a cena novos sujeitos sociais em um movimento que o filósofo Axel Honneth denomina de “luta por reconhecimento”. A inclusão social, a promoção e proteção dos direitos de mulheres, negros, indígenas, populações LGBTQIAPN+, deficientes, passam a fazer parte de agendas governamentais e institucionais em todo o país. Movimentos nesse sentido chegam à USP, embora mais lentamente do que o desejável, o que pode ser compreendido, talvez, pelas ambiguidades históricas acima apontadas.

O fato é que as pressões internas e externas por essas transformações acabaram produzindo respostas. O Diversitas, por exemplo, se destaca como um dos programas pioneiros no apoio a ações afirmativas na formação e pesquisa na USP. Ações de apoio à permanência de alunos socialmente vulneráveis começam a ser incrementadas de formas pontuais a partir dos anos 1990. Em 2004 a USP publica sua primeira portaria formalizando uma política de “Assistência Estudantil”, como chamado na época, efetivamente posta em prática a partir de 2007 com a operacionalização do “Programa de Apoio à Permanência Estudantil”, com dotação orçamentária prevista para bolsas.

Mas o movimento não podia se restringir à permanência, era preciso expandir e democratizar o acesso à Universidade. Bônus na pontuação do vestibular para estudantes secundaristas egressos de escolas públicas foram outro passo nessa direção, com o INCLUSP, programa iniciado em 2006. No início o bônus consistia de um acréscimo de 3% na pontuação final, subindo progressivamente até 25% até ser substituído pelo atual sistema de cotas. Iniciativas como a participação no SISU, sistema nacional de seleção que facilita o acesso de estudantes secundaristas de todo o país, e, mais recentemente, o programa Provão Paulista, tornam ainda mais acessível o acesso de estudantes em situação de maior vulnerabilização social e política.

Uma das mais importantes ações inclusivas, as cotas raciais – posto que o racismo é um dos elementos mais fortemente estruturantes da desigualdade social no Brasil – começaram a ser pioneiramente adotadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2001. Na USP elas passaram a ser implantadas em 2018.

Uma aceitação mais ampliada de que a pressão social por inclusão é também uma proposição de excelência acadêmica compromissada com a transformação da realidade

presente e apostas no futuro, cada vez mais próximo, culminaram na criação, em 2022, no início da atual gestão reitoral, da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP (PRIP).

Inclusão e Pertencimento na USP

A criação da PRIP significa o alcance de um novo patamar da questão da inclusão no âmbito da USP. Representa uma efetiva preocupação da gestão reitoral atual, legitimada pela comunidade USP em seu Conselho Universitário, com a formulação mais consistente e atualizada de uma política de democratização da universidade. Como dissemos, o esforço de incluir segmentos sociais politicamente afastados da universidade, além de um sentido de reparação e justiça, traz a possibilidade de enxergar com mais clareza fins e meios mais realistas frente às necessidades sociais de produção de um conhecimento voltado para valores como equidade, democracia, liberdade, criatividade, desenvolvimento sustentável e bem-estar social.

Além de aglutinar e articular iniciativas que foram sendo desenvolvidas na USP ao longo dos anos 2000, criando sinergismos entre elas, a existência de uma Pró-Reitoria especificamente voltada para esse tema favorece a formulação participativa de políticas de inclusão pelo e para o conjunto da comunidade da USP (discentes, docentes e servidores técnicos, administrativos e de serviços). Possibilita ainda a garantia de processos administrativos e recursos financeiros de apoio às ações de inclusão e pertencimento discutidos e aprovados nas diversas instâncias representativas da comunidade USP.

Do total de vagas oferecidas no exame de acesso à USP, 50% são para ampla concorrência e os outros 50% reservados para estudantes que fizeram o ensino médio de forma integral em escolas públicas. Entre as vagas reservadas para os cotistas, 37,5% são para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). A autodeclaração de estudantes negros (pretos e pardos), passa por um processo de heteroclassificação para evitar fraudes que podem colocar em risco a efetividade da política. Os indígenas dispõem de outros meios de comprovação de sua autodeclaração, como documentos específicos de identidade indígena emitidos por órgão federal ou declarações de autoridades indígenas idôneas.

Segundo informações da Professora Ana Lanna, Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento, como resultado dessa política de inclusão, a USP tinha no início de 2024, entre seus 60.000 estudantes, 45,1% oriundos de escolas públicas de ensino médio e 23,2% de alunos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Praticamente o dobro de 2006, quando tínhamos 24,5% de egressos de escolas públicas e 12,8% de alunos PPI.

Para responder ao compromisso de democratização da universidade era preciso, porém, tornar inseparáveis a inclusão e o pertencimento. De nada adianta facilitar o acesso à de grupos excluídos se não forem perseguidas também as condições para que esses ingressantes possam ter condições materiais e psicossociais de se sustentar e se integrar efetivamente no ambiente acadêmico ao longo de sua formação. Então, além do sistema de cotas, tornou-se necessário ampliar os mecanismos de apoio material, por meio de bolsas de permanência, outras modalidades de bolsa complementares, moradia e alimentação gratuita nos restaurantes universitários.

Em relação às bolsas de permanência, a USP dispõe hoje de 3 modalidades: o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), com verba orçamentária da USP, USP Diversa, com apoio de entidades privadas, e Provão Paulista, com recursos do orçamento do Governo do Estado de São Paulo. O programa principal é o PAPFE, que, a partir de avaliação de vulnerabilidades socioeconômicas e ações afirmativas (PPI) entre os solicitantes, oferece bolsas mensais no valor de R\$ 800,00 reais – pouco mais de meio salário mínimo, ou cerca de 150 dólares – ou R\$ 300,00 com direito a moradia no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) ou outros alojamentos estudantis em diversos *campi* e unidades da USP. No CRUSP são 1.600 vagas, para alunos de graduação, principalmente, mas também de pós-graduação. Em 2024, o PAPFE beneficiou 7.304.000 novos estudantes de graduação e pós-graduação com vulnerabilidade socioeconômica, 15.000 bolsas de estudo são oferecidas no total.

O orçamento aprovado pelo Conselho Universitário para ações de permanência em 2024 totaliza 195 milhões de reais (cerca de 35 milhões de dólares) apenas para gastos diretos com bolsas. Somando-se o total de investimentos em bolsas, moradia e alimentação o valor orçamentário chega a quase 400 milhões (cerca de 74 milhões de dólares).

Mas como dito acima, não apenas o aspecto material é relevante. A rotina universitária tem se mostrado um momento crítico na vida de estudantes de modo geral, em diversas partes do mundo. Há cobranças, incertezas, dificuldades que têm se intensificado com a

dinâmica assumida pela atividade acadêmica em tempos recentes, com o fortalecimento de lógicas produtivistas e estímulo à competitividade e ao individualismo. Para alunos cotistas, especialmente os negros, estas dificuldades tornam-se muitas vezes mais desafiadoras, porque a elas se somam de forma interseccional as experiências de racismo e discriminação social e muitas vezes o choque cultural do convívio com grupos e espaços institucionais dos quais seus grupos sociais de origem estiveram historicamente apartados. O pensador e médico de Martinica, Frantz Fanon, já nos alertava em seu clássico “Pele negra, máscaras brancas” do quão devastadora pode ser essa experiência para a saúde mental. Recentes pesquisas realizadas com alunos da USP, lideradas pelo Professor Alessandro de Oliveira dos Santos, do Instituto de Psicologia, corroboram os aspectos acima. Elas mostram como em uma escala de Bem-Estar Subjetivo o escore é baixo entre os estudantes da USP de modo geral e significativamente mais baixo entre alunos negros, de modo associado a situações de estigma e discriminação.

Nesse sentido, ações de apoio à saúde mental e combate às discriminações de todas as ordens tornaram-se também eixos importantes de ação dessa Pró-Reitoria, promovendo ações coletivas e individuais – grupos de apoio psicossocial, construção de retaguarda para os casos de sofrimento psíquico individual, formação de profissionais para a identificação e manejo das questões de saúde mental em suas diversas unidades e cursos, letramento em Direitos Humanos, fomento para projetos voltados ao bem-estar na vida institucional, entre outras – ações estas voltadas agora não mais apenas para estudantes, mas abrangendo também docentes e servidores.

Inclusão e Pertencimento na FMUSP

Em consonância com a criação da PRIP, cada unidade da USP foi instada a criar a sua Comissão de Inclusão e Pertencimento (CIP), capaz de capilarizar as políticas emanadas da PRIP, compor sua instância deliberativa maior, o Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), além de propor e desenvolver políticas e ações específicas neste escopo em nível local.

As CIP são Comissões Estatutárias, compostas regimentalmente por docentes representantes dos Departamentos, representantes de estudantes de graduação e pós-graduação e representantes servidores, conforme eleição por seus pares.

A CIP da Faculdade de Medicina começou a ser constituída em 2022 e passou a operar formalmente em fevereiro de 2023. Como aconteceu na USP, também na FMUSP já havia um conjunto diverso de ações voltadas à inclusão e pertencimento. Em relação à atribuição de bônus e cotas o processo se deu de forma unificada à USP. Mas neste aspecto destaca-se uma ação voluntária dos alunos que criaram um curso pré-vestibular gratuito, o MedEnsina, voltado à formação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para potencializar seu desempenho no exame de ingresso.

Em relação a ações voltadas para otimizar o pertencimento, a FMUSP já dispunha, porém de algumas iniciativas que facilitaram o desenvolvimento das políticas propostas pela PRIP e que foram aglutinadas pela CIP. Há cerca de dez anos, como respostas a vários eventos que apontavam para a necessidade de responder a situações de conflitos, violências e sofrimento mental, sintomáticos do mesmo contexto acima apontado, foram sendo criadas instâncias relevantes para potencializar um ambiente institucional mais inclusivo.

Entre estas iniciativas destacamos o serviço de Acolhimento Integrado. Trata-se de um espaço de escuta por profissionais especificamente designados para esse propósito, médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, aberto a receber demandas de pessoas que se encontrem em situação de desconforto de qualquer ordem – conflitos entre pares ou pessoas hierarquicamente superiores, dificuldade de adaptação a suas tarefas cotidianas, sofrimento psíquico, inseguranças de diversas ordens. Nesse espaço muitas vezes apenas a escuta e o aconselhamento se mostram resolutivos. Em outras situações podem ser sugeridos encaminhamentos: para apoio psicológico ou psiquiátrico, nos serviços ligados à Faculdade ou fora deles; para queixas na Ouvidoria, quando se necessita de ações de cunho administrativo ou disciplinar; para a proposição de ações de intervenção na cultura institucional pelo Núcleo de Ética e Direitos Humanos (agora em parceria também com o recém criado Centro de Humanidades e Humanização); para o apoio no serviço de Tutoria Acadêmica, que ajuda estudantes com dificuldades de desempenho acadêmico; para o Serviço Social, o MedApoia, quando se trata de alguma necessidade de ordem socioeconômica.

A novidade é que todos estes serviços, antes voltados apenas para estudantes de graduação dos cinco cursos da FMUSP (Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Física Médica) agora estão sendo estendidos também a alunos de pós-graduação, residentes médicos e multiprofissionais, servidores e docentes.

Em relação aos programas de permanência estudantil, além daqueles oferecidos centralmente pela PRIP, a FMUSP dispõe de alguns reforços importantes, como a Bolsa AFINAL (Apoio Financeiro ao Aluno), que segue também critérios de vulnerabilidade socioeconômica e usa recursos extraorçamentários (doações individuais e recursos arrecadados com atividades de extensão), alguns programas de bolsa de entidades privadas (Santander, Unicred, Carrefour) e moradia estudantil (Casa do Estudante de Medicina - CEM), que oferece em duas localizações no entorno da Faculdade de Medicina um total de 88 vagas.

Hoje a FMUSP tem 81 alunos ocupando as vagas das CEM, 94 bolsistas do Programa AFINAL, e 324 bolsistas PAPFE.

Além do apoio estudantil a CIP, em parceria com outras instâncias, como o NEDH, Núcleo Ayé de Estudantes Negros, o Departamento de Medicina Preventiva, tem desenvolvido ações educativas nos temas de Direitos Humanos, abordando temas como racismo e antirracismo, diversidade sexual e de gênero, assédio moral e sexual, rodas de conversa sobre saúde mental, rodas de meditação e autoconhecimento. Em parceria com a Comissão de Graduação tem tratado de temas de Inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista e apoio a estudantes (mães e pais) gestantes, e agora também a questão da inclusão das pessoas com deficiência.

Alguns Desafios, à Guisa de Conclusão:

Foram inegáveis as conquistas alcançadas pela política de inclusão e pertencimento em curso na USP e na FMUSP, embora ainda haja muito a ser feito. Já sentimos os efeitos da diversidade em mudanças no próprio ambiente de sala de aula, na qualidade das discussões, na riqueza dos questionamentos e dos debates, na sensibilidade institucional a temas e aproximações que ficavam à margem de nossos processos de ensino-aprendizagem. As medidas de suporte têm de fato aumentado a permanência. Estudos mostram que as dificuldades escolares iniciais dos cotistas logo são superadas no correr do tempo. Mas há ainda enormes desafios.

Em relação às cotas raciais um dos principais desafios é a garantia da sensibilidade e credibilidade dos processos de seleção dos candidatos. No Brasil o critério para elegibilidade às cotas raciais é de caráter fenotípico. Isto porque se trata aqui de uma

política voltada especificamente para a mitigação da exclusão social de cunho racista, de discriminação por cor da pele, características dos cabelos e traços fisionômicos. Outros aspectos de vulnerabilização de caráter social mais geral são objeto de outras políticas sociais, como por exemplo as cotas para alunos egressos do ensino público, uma vez que se trata de um marcador de nível socioeconômico.

Ocorre que, em dois dos perfis previstos nas cotas, não há muita dificuldade para auto e hetero classificações, os pretos e os indígenas, os primeiros pelos marcados traços fenotípicos, os segundos pelos recursos institucionalizados de comprovação de filiação étnica. Mas na categoria dos pardos a situação é mais complexa. Há uma enorme gama de variações fenotípicas que tornam muitas vezes difícil o juízo classificatório, especialmente para o momento da heteroclassificação, já que na autoclassificação outros elementos da experiência pessoal levam à identificação.

A USP adotou um sistema bastante rigoroso de heteroclassificação, realizada inicialmente por meio de fotografia examinada por comissões avaliadoras compostas por pessoas brancas e negras, treinadas para a tarefa, que de forma independente examinam a validade da autoclassificação. Em caso de dúvida, uma nova avaliação, com base em avaliação ao vivo, presencial ou à distância, é realizada. Havendo a não homologação da autoclassificação, o(a) candidato(a) pode apelar à avaliação de uma Comissão Recursal, e a conclusão desta ainda segue para homologação (ou não) do Conselho de Inclusão e Pertencimento, que dará a posição final. Assim, embora seja relativamente baixa a porcentagem das autoclassificações não homologadas, cerca de 8 a 12% do total dos requisitantes, para aqueles envolvidos, sejam os que têm sua matrícula recusada, sejam os avaliadores e responsáveis, é sempre uma situação de muito desgaste e sofrimento.

Tais dificuldades, felizmente, não têm arrefecido o compromisso institucional com a política de cotas raciais, tida pela maior parte da comunidade uspiana como muito importante e da qual não se deve retroceder. Não obstante, será ainda preciso discutir mais e explorar “inéditos viáveis”, no dizer de Paulo Freire, para que a política se aperfeiçoe e reduza ainda mais tanto a segurança quanto a sensibilidade e acurácia dos procedimentos classificatórios.

Outra ordem de desafios é a questão da superação de preconceito e discriminação nos concursos de ingresso e progressão na carreira docente, como tem sido bastante discutido pela Professora Gislene Aparecida dos Santos, professora da Escola de Artes, Ciências e

Humanidades da USP. Para ingresso na carreira docente, por exemplo, a recente deliberação do Conselho Universitário prioriza o sistema de bônus, considerado insuficiente para promover equidade para esse segmento. A equidade de gênero também é um desafio nos concursos de entrada e progressão de carreira.

Quanto à dimensão de continuidade da política, outro desafio fundamental é sua sustentação econômica. A garantia de dotação orçamentária das universidades públicas, como a USP, é fundamental para garantir bolsas, moradia, alimentação, especialmente se considerarmos que as políticas de inclusão tendem a gerar aumento crescente da população de estudantes demandantes de recursos para permanência.

Ainda no campo da permanência, será necessário intensificarmos canais de escuta para o sofrimento psicossocial, mas há uma contrapartida fundamental aqui. De nada valerá escutarmos e acolhermos o sofrimento se não oferecermos medidas concretas para transformar as fontes desse sofrimento e elas estão frequentemente em relações de trabalho, em processos pedagógicos, em culturas institucionais que precisam ser transformadas. Por isso é extremamente necessário que a atuação da PRIP e das CIP sejam transversais, dialogando com as áreas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa, de cultura e extensão e da gestão, e influenciar efetivamente suas políticas e atividades.

Por fim, outro dos grandes desafios é provocar uma mudança cultural mais profunda, em que nossos preconceitos racistas, sexistas, homo/transfóbicas, capacitistas, etaristas entre outros sejam identificados, combatidos e superados, de modo solidário, por toda a comunidade universitária. Para isso precisamos agir em diversas frentes, que passam por ações promotoras de equidade no acesso, na permanência, no ensino, na pesquisa, na gestão, mas também pela construção de uma percepção do necessário e enriquecedor espaço comum de convivência na diversidade. Isso passa pela disseminação dos Direitos Humanos como uma linguagem que nos une e distingue simultaneamente, na identificação e resposta às nossas necessidades de existir em um mundo compartilhado. Passa também por atenção e estímulo às expressões artísticas e culturais, ricas formas de expressar e reconhecer as identidades e alteridades que caracterizam nossas singulares e universalidades. Passa, por fim, por uma ética do amor, entendido não em um sentido sentimentalista e piegas, mas, como nos ensina a educadora e ativista negra estadunidense Bell Hooks, como um profundo interesse na existência, no cuidado com o ser, meu, dos

outros, do mundo. Respeito, comunicação e confiança são, segundo ela, os atributos de uma ação social transformadora.

Tais desafios são da USP, como das diferentes universidades ao redor do mundo, especialmente naqueles contextos de maiores desigualdades sociais. Então um outro desafio, na verdade menos um desafio do que uma oportunidade, será a construção de trocas de experiências entre as diferentes instituições universitárias e seus procedimentos inclusivos. Podemos aprender muito umas com as outras e talvez assim, em parceria, possamos também combater problemas mais estruturais do mundo acadêmico, combinando excelência com humanismo e responsabilidade social.

Agradecimento a Ana Cláudia Camargo Gonçalves Germani; André Mota; Marisa Luppi e Silvia Maria Amado João pela leitura prévia e contribuições à redação final deste documento.

* * *